

O impacto familiar no aprendizado de crianças em vulnerabilidade social: reflexões e implicações educacionais

Ana Carolina Machado Abdallah

Graduanda em Psicologia

Faculdade Galileu

Av. Marginal 200, 680 - Vila Real, Botucatu - SP, 18606-294

E-mail: carolabdallah55@gmail.com

Ana Carolina Merlin Ferreira

Professora e supervisora

Faculdade Galileu

Avenida Marginal 200, nº 680 - Vila Real - Botucatu-SP

acarolmerlin@outlook.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da família no processo de aprendizagem de crianças em situação de vulnerabilidade social, refletindo sobre as implicações educacionais decorrentes dessa relação. Observa-se que o contexto familiar exerce papel significativo no desenvolvimento escolar e no processo de aprendizagem; entretanto, situações de vulnerabilidade social, a ausência de políticas públicas eficazes, a falta de comunicação entre escola e família e as dificuldades socioeconômicas configuram-se como fatores que limitam esse processo e atravessam o ambiente educativo. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão sistemática da literatura, abrangendo estudos que contribuem para a compreensão e identificação de práticas e estratégias educacionais que auxiliam no fortalecimento do vínculo entre família e escola. Constata-se que o diálogo e a cooperação entre esses dois espaços são fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e emocional da criança, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais.

Palavras-chave: família; aprendizagem; vulnerabilidade social; educação; desenvolvimento infantil.

1. INTRODUÇÃO

A infância é considerada um período fundamental para o desenvolvimento humano, marcado por intensas descobertas, aprendizagens e construção de identidade. É nessa fase que se consolidam competências cognitivas, emocionais, motoras e sociais, sendo, portanto, essencial que a criança esteja inserida em contextos que favoreçam seu desenvolvimento integral. Nesse processo, a presença ativa da família e o acesso à educação de qualidade são fatores determinantes para a formação do sujeito (Moraes, 2024).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, reforça esse entendimento ao afirmar que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, a efetivação de direitos como educação, saúde, alimentação, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária (art. 4º). O ECA reconhece a criança como sujeito de direitos e destaca a importância de um ambiente familiar estruturado para seu pleno desenvolvimento, sendo a família o primeiro espaço de socialização e construção de vínculos afetivos e valores (BRASIL, 1990).

Nesse contexto, a relação entre família e escola é um ponto a ser observado com atenção dentro das ciências sociais e educacionais, dada sua relevância no processo de aprendizagem. O envolvimento familiar está diretamente associado à melhora do desempenho escolar e ao fortalecimento de habilidades socioemocionais (Ferreira; Triches, 2009). A escola, como instituição formal de ensino, sistematiza e amplia os conhecimentos adquiridos no ambiente familiar, promovendo competências essenciais para a inserção social e o exercício da cidadania (Silveira, 2007).

Contudo, alguns fatores interferem negativamente nessa relação. A desigualdade social, a escassez de tempo dos responsáveis, a ausência de políticas públicas eficazes e as dificuldades de comunicação entre as partes envolvidas são obstáculos recorrentes para uma participação familiar efetiva (Carvalho, 2004). Além disso, aspectos como o desenvolvimento da criança, o ambiente familiar no qual está inserida, as condições socioeconômicas e culturais, a vivência em contextos de violência e a falta de acesso a serviços públicos básicos compõem um conjunto de fatores que podem fragilizar e comprometer o desenvolvimento saudável e integral da criança (Gauy; Rocha, 2014; Maia; Williams, 2005; Sapienza; Pedromônico, 2005).

Nesse sentido, aspectos individuais e familiares, bem como os contextos sociais em que a criança está inserida, compõem as condições necessárias para que seu desenvolvimento possa ser explorado em toda sua potencialidade. A identificação de fatores de risco e de proteção no ambiente familiar permite compreender as circunstâncias que favorecem ou dificultam a aprendizagem e o bem-estar da criança. Contribuindo também para que as instâncias responsáveis por seu cuidado como a escola, família e rede de apoio social possam propor estratégias mais eficazes de prevenção, acolhimento e promoção de sua aprendizagem (Antão; Peixoto, 2021).

Ainda assim, o engajamento dos pais no cotidiano escolar promove impactos positivos, como maior envolvimento dos alunos, melhor aproveitamento das atividades pedagógicas e aumento da satisfação com o processo de aprendizagem. Dessa forma,

compreender os fatores que dificultam ou favorecem essa interação é fundamental para que se pensem estratégias de aproximação entre escola e família, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Almeida, 2014).

Compreender quais são fatores que dificultam e favorecem a ligação entre escola e família torna-se relevante quando se olha o contexto social. De acordo com Paraíba (2023), a vulnerabilidade social refere-se à condição socioeconômica de grupos com acesso limitado a recursos financeiros, moradia, educação e oportunidades de desenvolvimento pleno como cidadãos. Essa exclusão social compromete não apenas o exercício da cidadania, mas também a participação ativa das famílias no processo educativo.

Nesse sentido, Freire e Garcia (2024) ressaltam que a vulnerabilidade representa uma situação de risco e fragilidade que se manifesta em diferentes graus e origens, sendo influenciada por fatores sociais e individuais que podem causar sofrimento e dificultar a inserção e permanência da criança em contextos promotores de desenvolvimento. Assim, a vulnerabilidade social não é apenas uma condição econômica, mas um fenômeno que afeta diretamente o cotidiano escolar de crianças e suas famílias.

Rezende, Cappellari e Pagani (2022) reforçam essa perspectiva ao defenderem que o reconhecimento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por crianças e adolescentes é essencial para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Ao entender as causas da vulnerabilidade, é possível propor intervenções que qualifiquem o ambiente escolar e familiar, contribuindo para o fortalecimento da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A escolha do tema se justifica pela necessidade de desenvolver meios que fortaleçam a relação entre escola e família, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade social, que ao afetar diretamente o acesso a direitos básicos como educação, saúde e moradia, também repercute na participação das famílias no processo educativo. Também contribui na ampliação da compreensão sobre os efeitos das condições sociais no desempenho escolar e no processo educacional, trazendo reflexões para a criação de subsídios teóricos e práticos para a construção de políticas públicas e práticas pedagógicas mais inclusivas a determinados contextos sociais.

Para alcançar esse propósito, busca-se identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças em vulnerabilidade social no acompanhamento da aprendizagem escolar, bem como compreender as práticas e abordagens educacionais existentes para integrar a família ao contexto escolar, avaliando sua eficácia no apoio ao

desenvolvimento educacional dessas crianças. Ao investigar essas questões, o presente estudo aborda a importância da articulação entre família e escola no contexto da vulnerabilidade social, destacando práticas educacionais que considerem as condições reais das famílias.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é analisar o impacto da família no processo de aprendizagem de crianças em situação de vulnerabilidade social, refletindo sobre as implicações educacionais consequentes dessa relação. Os objetivos específicos são: identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças em vulnerabilidade social no acompanhamento da aprendizagem escolar, propondo soluções e estratégias para superação desses desafios e investigar as práticas e as abordagens educacionais existentes que tem como objetivo integrar a família no contexto escolar, avaliando sua eficácia no apoio ao desenvolvimento educacional das crianças em vulnerabilidade social.

3. MÉTODO

Para o presente estudo, desenvolveu-se uma revisão sistemática da literatura, conduzida a partir de uma busca estruturada e criteriosa em bases de dados, seguindo etapas previamente definidas para identificação, seleção e análise dos estudos relevantes ao tema. As bases de dados SciELO e Google acadêmico foram selecionadas para a captação dos estudos com as seguintes combinações de palavras, “família-escola” AND “vulnerabilidade social” AND “aprendizagem infantil”, respectivamente.

A partir da busca nas bases de dados, foram identificados 68 artigos. Destes, 36 foram excluídos após a triagem por título. Os 32 artigos restantes foram submetidos à avaliação por resumo, resultando na exclusão de 22 por não atenderem ao objetivo da pesquisa. Desse modo, 10 artigos foram selecionados e incluídos na revisão sistemática da literatura.

A Revisão Sistemática de Literatura é um método de pesquisa que se diferencia da revisão bibliográfica tradicional por sua abordagem estruturada e transparente. Conforme destacam Chueke e Amatucci (2022), a sistematização de literatura tem por objetivo diminuir os vieses na seleção e análise crítica de artigos, os quais podem ocorrer em revisões não-sistemáticas. Esses elementos aumentam o nível de confiança dos estudos realizados e possibilitam sua replicabilidade. Portanto, a adoção de uma revisão

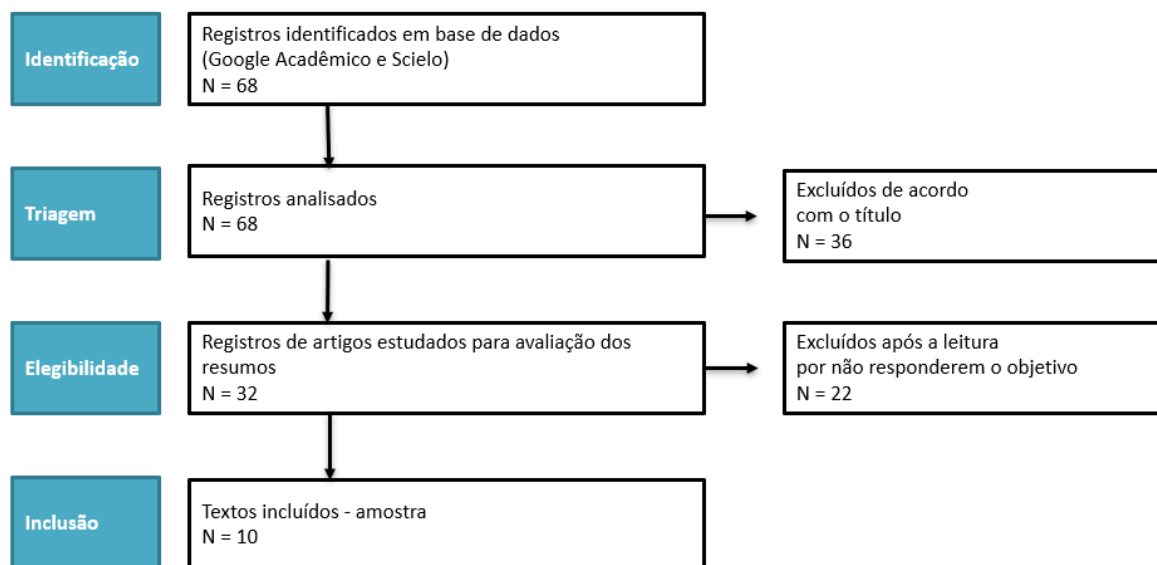
sistemática garante maior rigor metodológico e confiabilidade aos resultados apresentados no trabalho.

A etapa ocorreu em junho de 2025, com a realização do levantamento dos artigos, os duplicados foram excluídos, para a realização do presente estudo, houve recorte de data, no período de 2020 a 2025. O espaço de tempo foi uma tentativa de obter mais achados, ao mesmo tempo que mantém o trabalho com dados atualizados. Foram selecionados os estudos com delineamentos específicos, tendo como fatores de inclusão estudos que abordassem a relação familiar com o desenvolvimento escolar.

Foram excluídos estudos mais antigos, bem como os bibliográficos e os documentos de análises literárias. Houve a exclusão de artigos em língua estrangeira. A escolha pelos critérios de inclusão e exclusão anteriormente apresentados se deu com a finalidade de poder explorar as particularidades de diferentes implicações e reflexões educacionais e sua relação com os objetivos de cada uma.

A Figura 1 apresenta o fluxograma PRISMA adaptado, empregado para apresentar de maneira clara e sistemática os critérios utilizados para incluir e excluir estudos, bem como para demonstrar cada etapa que compõe o processo de seleção que fundamenta esta revisão. O PRISMA, ou Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses (Itens de Relato Preferenciais para Revisões Sistemáticas e Metanálises), é um método que estabelece diretrizes para o relato transparente e completo de revisões sistemáticas. De acordo com Akl (2024) o PRISMA 2020 foi concebido primariamente para fornecer orientação para revisões sistemáticas de estudos que avaliam os efeitos de intervenções. O seu objetivo é facilitar o relato preciso e completo, sendo a base para garantir a qualidade e a confiabilidade da pesquisa científica.

Figura 1 – Fluxograma PRISMA do critério de inclusão e exclusão



Fonte: elaborado pelas autoras

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar todos os estudos que compuseram a revisão, tornou-se evidente que o papel da família na aprendizagem vai muito além do simples acompanhamento escolar, estando relacionado ao suporte afetivo, ao incentivo e à criação de condições que favoreçam o desenvolvimento integral da criança. Observou-se que, em contextos de vulnerabilidade social, essa função se torna ainda mais complexa, uma vez que os desafios materiais, estruturais e emocionais enfrentados pelas famílias influenciam diretamente o desempenho e o interesse das crianças pela escola.

A análise dos estudos selecionados também revelou que a relação entre família e escola continua sendo um desafio nesses contextos, apesar do consenso sobre sua importância para o processo educativo. Assim, os resultados aqui apresentados buscam discutir de que forma tais condições interferem na aprendizagem infantil e como as práticas educacionais podem contribuir para minimizar esses impactos, fortalecendo o vínculo entre os espaços familiar e escolar.

O ambiente familiar exerce influência direta e decisiva sobre o desenvolvimento global da criança, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. Paraíba (2023) destaca que o seio familiar é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do aluno, sendo que dificuldades vivenciadas em casa tendem a se refletir no desempenho

escolar. Essa perspectiva dialoga com a teoria histórico-cultural de Vygotsky, que compreende o desenvolvimento humano como resultado da interação constante entre o sujeito e o meio. Assim, crianças inseridas em ambientes desfavoráveis, com pouca estimulação afetiva e intelectual, acabam sendo impactadas por mediações negativas que prejudicam seu crescimento emocional e cognitivo (Paraíba, 2023).

Nesse sentido, a afetividade surge como um dos pilares fundamentais do processo de aprendizagem, influenciando tanto o desenvolvimento emocional quanto o cognitivo. Silva e Fornasier (2023) evidenciam que a ausência de vínculos afetivos consistentes no ambiente familiar pode gerar insegurança, dificuldades de concentração e baixo rendimento escolar. Essa constatação converge com a pesquisa de Silva (2022), ao ressaltar que o convívio familiar ríspido e insensível afeta diretamente o desenvolvimento psicológico da criança, podendo causar desequilíbrio emocional e, conseqüentemente, comprometer o aprendizado. Além disso, tanto Vygotsky (2003) quanto os estudos recentes de Silva e Fornasier (2023) sublinham que a afetividade se manifesta também nas relações estabelecidas na escola. Quando a criança é privada de afeto no ambiente familiar, a instituição escolar e o professor tornam-se agentes fundamentais na reconstrução de vínculos e na oferta de um espaço acolhedor e seguro. Essa mediação afetiva, aliada a práticas pedagógicas sensíveis, pode amenizar os impactos da vulnerabilidade social, fortalecendo o vínculo entre os espaços familiar e escolar e favorecendo o desenvolvimento integral da criança.

Outro ponto recorrente nos estudos analisados refere-se à necessidade de fortalecer o vínculo entre família e escola, especialmente por meio de espaços de diálogo e participação. Nunes (2022) enfatiza que as reuniões e projetos escolares devem constituir oportunidades de reflexão sobre os processos de aprendizagem das crianças e de construção conjunta de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral. Contudo, a autora observa que a participação familiar ainda enfrenta barreiras práticas, como a falta de tempo e o desconhecimento sobre o papel educativo da escola, resultando em baixo envolvimento nas atividades propostas.

Esse distanciamento revela a urgência de ações institucionais que considerem as realidades sociais e econômicas das famílias, criando formas flexíveis e acessíveis de interação, como encontros em horários alternativos, canais digitais de comunicação e participação nas decisões do Projeto Político-Pedagógico (Nunes, 2022). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reconhece que a educação é um processo que se desenvolve também na vida familiar, reforçando que a

responsabilidade pela formação da criança é compartilhada entre escola e família. Assim, a efetividade do processo educativo depende da articulação entre esses dois espaços de aprendizagem, pois quando o diálogo é limitado, tanto a escola quanto os pais sentem dificuldade em atender às necessidades das crianças.

Santos (2023) amplia essa discussão ao ressaltar que o acompanhamento familiar deve ocorrer de maneira sensível e respeitosa, valorizando a criança em suas conquistas e reconhecendo suas dificuldades. Para a autora, o papel da família não se restringe à supervisão de tarefas, mas envolve escuta ativa, paciência e incentivo à autonomia. O acompanhamento cotidiano, aliado à confiança mútua entre pais e professores, cria um ambiente propício ao desenvolvimento integral do aluno.

Assim, a escola deve assumir uma postura de conscientização, ajudando as famílias a compreenderem a importância da caminhada conjunta no processo de aprendizagem, ao mesmo tempo em que reconhece as limitações impostas pela vulnerabilidade social, indicando assim, que tanto o envolvimento afetivo quanto a participação ativa da família na vida escolar são fatores determinantes para o sucesso educacional das crianças em vulnerabilidade social. Quando há cooperação e diálogo, a escola deixa de ser vista apenas como espaço institucional e passa a ser compreendida como uma extensão da comunidade familiar, favorecendo o sentimento de pertencimento e fortalecendo o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos (Santos, 2023).

É reforçado nos estudos analisados que a interação entre família e escola configura-se como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento educacional, emocional e social da criança. Conforme Fernandes (2023), a parceria entre essas instituições deve ser compreendida como um processo dinâmico, permeado por desafios e potencialidades. A autora destaca que a escola, ao promover espaços de diálogo com as famílias, possibilita a construção de vínculos pautados na corresponsabilidade pela aprendizagem.

No entanto, essa relação ainda é marcada por tensões e conflitos, decorrentes de diferenças culturais, valores divergentes e limitações socioeconômicas que dificultam a efetiva participação dos responsáveis no processo educacional. Nesse sentido, a Fernandes (2023) evidencia que tais conflitos não devem ser compreendidos apenas como entraves, mas também como oportunidades de crescimento e transformação. Observa que, quando mediados de forma adequada, os conflitos podem assumir caráter funcional, favorecendo a criatividade, a motivação e o aprimoramento das práticas pedagógicas. Esse entendimento amplia a visão tradicional da escola e da família,

mostrando que ambas são espaços formativos complementares que, juntos, promovem o desenvolvimento integral da criança.

Por outro lado, Silva e Landinh (2022) ressaltam que, embora o direito à educação esteja assegurado na legislação brasileira, ele nem sempre se concretiza de forma equitativa. A ausência de recursos, o desconhecimento sobre a importância do estudo e as barreiras estruturais dificultam o acesso e a permanência das crianças em situação de vulnerabilidade na escola. Inspirando-se em Paulo Freire (1970), as autoras argumentam que a superação dessa realidade opressora requer um movimento de conscientização e amor transformador, não um enfrentamento violento, mas uma ação educativa libertadora, capaz de romper com estruturas que perpetuam a desigualdade.

Sob essa ótica, é possível compreender que a vulnerabilidade social impacta diretamente a capacidade das famílias de se envolverem no processo educacional dos filhos. Quando os responsáveis enfrentam instabilidade econômica e emocional, a escola torna-se um espaço ainda mais crucial para o acolhimento e o apoio à criança.

A ampliação da escolarização e o reconhecimento da diversidade, como apontam Fontana e Gomes (2020), exigem a construção de práticas educacionais mais inclusivas e dialógicas. Isso implica reconhecer que tanto a família quanto a escola ocupam papéis fundamentais e interdependentes no desenvolvimento humano. Nesse cenário, o fortalecimento das políticas públicas de apoio à infância e à família, como as que preveem a formação de professores para o diálogo com comunidades vulneráveis e o incentivo à participação dos pais nas decisões escolares, constitui caminho indispensável para o avanço da equidade educacional.

Os resultados convergem para a compreensão de que o impacto familiar no aprendizado infantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade, depende de múltiplas dimensões: afetiva, estrutural e política. A parceria efetiva entre família e escola não se limita à presença física dos pais, mas envolve o compartilhamento de valores, o diálogo e o reconhecimento mútuo das dificuldades e potencialidades de cada contexto. Assim, a educação cumpre, de fato, seu papel social e libertador, contribuindo para o rompimento dos ciclos de exclusão e para a construção de um futuro mais justo e solidário.

De acordo com Da Rosa, Magalhães e Silveira (2024), ainda persiste uma tendência nas instituições escolares de analisar as famílias sob uma ótica de culpabilização, herança do modelo higienista, que reforça a ideia de que o insucesso escolar decorre da falta de envolvimento ou estrutura familiar. Essa postura reduz a

complexidade do fenômeno educacional e enfraquece a noção de cumplicidade e corresponsabilidade entre escola e família. O estudo das autoras revela, contudo, que a aprendizagem torna-se mais efetiva quando o aluno recebe apoio emocional e acompanhamento familiar, em conjunto com o incentivo da comunidade. Essa integração, embora desafiadora, tem se mostrado essencial para o desenvolvimento integral da criança, mas ainda há um predomínio de uma relação hierárquica, em que se espera mais a aproximação da família em direção à escola, e menos o contrário (Da Rosa; Magalhães; Silveira, 2024).

Essa constatação se articula ao que Fontana e Gomes (2020) já destacavam sobre a necessidade de intervenções planejadas que estimulem o diálogo entre as instituições, substituindo o julgamento pela cooperação. A escola, nesse sentido, deve atuar como mediadora entre os diferentes contextos culturais, reconhecendo que o envolvimento familiar é um processo que exige tempo, escuta e abertura à diversidade de experiências.

Além disso, os resultados de Da Rosa, Magalhães e Silveira (2024) reforçam a perspectiva de que o desempenho escolar é um fenômeno multideterminado, influenciado por variáveis afetivas, sociais e estruturais. As autoras evidenciam que, mesmo com currículos bem estruturados, a aprendizagem é mais eficiente quando o estudante conta com o apoio da família e da comunidade. Tal achado converge com o argumento de Freire (1970), para quem a educação libertadora se fundamenta no diálogo e na amorosidade, e não na imposição ou no julgamento.

Por outro lado, a persistência da desigualdade estrutural, continua sendo um desafio para a efetivação de uma educação equitativa. O sistema escolar, ao tratar de forma igual crianças que partem de condições desiguais, acaba reforçando a exclusão. Assim, a efetiva integração entre família e escola depende não apenas da boa vontade dos agentes envolvidos, mas também da ação das políticas públicas que promovam condições concretas de participação e apoio às famílias em vulnerabilidade (Fontana; Gomes, 2020; Silva; Landinh, 2022).

Portanto, a análise conjunta dos estudos revela que fortalecer a parceria colaborativa entre escola, família e comunidade é essencial para superar as desigualdades e promover o sucesso educacional. Isso implica transformar a visão hierárquica em uma relação horizontal, de escuta e partilha, em que o conhecimento técnico da escola se alia ao saber vivencial das famílias. A aproximação entre esses espaços não apenas potencializa o desenvolvimento escolar das crianças, mas também

reforça os laços sociais e afetivos que sustentam o processo educativo, especialmente nos contextos de maior vulnerabilidade social

O Quadro 1 apresenta os estudos selecionados para a revisão, reunindo de forma sintética informações referentes aos autores, ano de publicação, título, objetivos e principais resultados identificados.

TÍTULO	AUTORES/ANO	PRINCIPAIS ACHADOS
Interfaces Entre Direito À Educação E A Legislação Brasileira Na Perspectiva Da Superação Dos Determinantes Sociais	Silva (2022)	A pesquisa mostrou que, embora o direito à educação seja garantido por lei, muitos fatores sociais, econômicos e culturais ainda impedem o acesso e a permanência das crianças na escola. A parceria entre família e escola é essencial para o desenvolvimento dos alunos, e o professor é um agente central na aprendizagem e na formação integral da criança. O estudo também destacou que o brincar e as práticas lúdicas fortalecem a aprendizagem. Conclui-se que a educação é fundamental para o empoderamento e a superação das desigualdades, promovendo inclusão e transformação social.
A Família E A Pré-Escola No Processo Formativo Da Criança: Experiências, Desafios E Perspectivas De Uma Boa Relação	Nunes (2022)	O estudo revelou que a relação entre família e pré-escola enfrenta diversos desafios, entre eles: falta de tempo dos pais devido às longas jornadas de trabalho, baixo nível de escolaridade das famílias, mudanças na estrutura familiar e desigualdades sociais. Esses fatores dificultam a participação dos responsáveis na vida escolar das crianças. Observou-se que muitas famílias, em razão de condições econômicas e educacionais, não conseguem acompanhar adequadamente o processo de aprendizagem dos filhos.
Afetividade Na Educação: A Influência Das Relações Afetivas Do Contexto Familiar No Processo De Aprendizagem Da Criança	Da Silva (2022)	O estudo revelou que a relação entre família e pré-escola enfrenta diversos desafios, entre eles: falta de tempo dos pais devido às longas jornadas de trabalho, baixo nível de escolaridade das famílias, mudanças na estrutura familiar e desigualdades sociais. Esses fatores dificultam a participação dos responsáveis na vida escolar das crianças. Observou-se que muitas famílias, em razão de condições econômicas e educacionais, não conseguem acompanhar adequadamente o processo de aprendizagem dos filhos.
Enfrentamento Da Vulnerabilidade Social Na Escola Especial Sol Nascente - Apae De Santo Antônio Das Missões	Paraíba (2023)	A pesquisa mostra que, entre os 75 alunos da Escola Especial Sol Nascente (APAE), 10 vivem em vulnerabilidade social, principalmente com falta de alimentação adequada e moradia precária. A escola atua nos eixos de educação, saúde e assistência social, desenvolvendo projetos de higiene, alimentação, cuidados diários, oferecendo atendimentos de saúde e encontros quinzenais com famílias. Também apoia o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). A maior dificuldade não está no auxílio, mas na efetivação dos direitos, devido a conflitos familiares, falhas de comunicação e dificuldades de deslocamento, especialmente na zona rural. Mesmo assim, a escola atende às demandas e contribui para a inclusão, o bem-estar e o desenvolvimento dos alunos e suas famílias.

A Importância Do Acompanhamento Familiar No Processo De Ensino Aprendizagem Nos Anos Iniciais	Dos Santos (2023)	Os principais achados apontam que o brincar é um recurso pedagógico fundamental para o desenvolvimento infantil, uma vez que promove a socialização, estimula a imaginação, favorece a resolução de conflitos e amplia a capacidade de expressão das crianças. Além disso, o estudo mostra que atividades lúdicas contribuem para a construção de vínculos entre professor e aluno, fortalecendo a afetividade e a motivação no ambiente escolar. Constatou-se que, quando o brincar é incorporado de forma planejada e intencional ao cotidiano pedagógico, ele potencializa a aprendizagem e auxilia na formação integral da criança, mostrando-se indispensável para a prática docente na Educação Infantil.
Representações Sociais De Familiares E Professores Acerca De Suas Relações No Processo Educacional Do Ensino Fundamental Em Maratáizes – ES	Fernandes (2023)	Os achados mostram que a parceria entre família e escola é fundamental para fortalecer a motivação, o desempenho acadêmico e o desenvolvimento social e emocional dos alunos. A pesquisa aponta que a falta de diálogo, a pouca participação dos responsáveis e fatores socioeconômicos fragilizam essa relação. Conclui-se que, quando há cooperação e comunicação efetiva, a criança tem melhor desempenho e mais segurança em seu processo formativo.
Abandono Afetivo De Criança E Processos De Aprendizagem Escolar	Silva; Fornasier (2023)	Os achados mostram que o abandono afetivo infantil prejudica gravemente o desenvolvimento emocional, cognitivo e escolar da criança, gerando baixa autoestima, insegurança, ansiedade, depressão e até atrasos biológicos. A negligência parental deixa traumas e instabilidade emocional, influenciando a percepção de si e do mundo. O fenômeno está ligado à vulnerabilidade socioeconômica, ampliando desigualdades. Juridicamente, configura violação do dever de cuidado e dano presumido. A escola pode tanto reduzir esses impactos, por meio do acolhimento, quanto agravá-los se adotar práticas excludentes. Conclui-se que vínculos afetivos e cuidado integral são essenciais para a aprendizagem e o pleno desenvolvimento infantil
Envolvimento Família-Escola E Suas Implicações No Desempenho Escolar Na Educação Básica	Rosa <i>Et Al.</i> (2024)	Os achados mostram que as formas de participação das famílias na escola variam conforme seu capital cultural, econômico e informacional. Famílias de camadas médias acompanham mais diretamente a vida escolar dos filhos, usando recursos culturais e redes de informação. Já famílias populares também buscam o sucesso escolar, mas enfrentam limitações materiais, menor domínio da linguagem escolar e dificuldades de acesso a apoios. O estudo conclui que, apesar do esforço de todos os grupos, as desigualdades sociais determinam o nível de participação familiar e reforçam a reprodução das desigualdades escolares.

Relações Família-Escola Na Contemporaneidade: Novas Configurações Sociais E Os Desafios Dos Contextos Educacionais Em Transformação	Nogueira; Coutinho (2025)	Os achados mostram que, embora a parceria família-escola seja amplamente defendida, ela é marcada por tensões decorrentes de desigualdades sociais, culturais e econômicas, intensificadas nos últimos anos. Fatores como classe social, diversidade de arranjos familiares, disputas culturais e religiosas, efeitos da pandemia e mudanças no mercado educacional criam novos desafios para a gestão democrática e para a promoção da equidade. O estudo conclui que compreender essas reconfigurações é essencial para analisar a persistência das desigualdades educacionais e repensar políticas e práticas escolares que considerem a diversidade das famílias e seu papel ativo na escolarização dos filhos.
Participação Das Famílias Na Gestão Educacional: O Lugar Dos Pais-Professores	Alcantara; Resende (2025)	Os principais achados indicam que, apesar de a parceria família-escola ser amplamente defendida em discursos acadêmicos, políticos e institucionais, essa relação é atravessada por tensões ligadas a desigualdades sociais, culturais e econômicas, que se intensificaram nas últimas décadas. Mostra-se que fatores como classe social, arranjos familiares diversificados, disputas culturais e religiosas, bem como os efeitos da pandemia e das mudanças no mercado educacional, geram novos desafios para a gestão democrática e para a promoção da equidade escolar. O artigo conclui que compreender as reconfigurações das relações família-escola é essencial para analisar a persistência das desigualdades educacionais e repensar políticas públicas e práticas escolares que levem em conta a diversidade das famílias e o papel ativo que desempenham na escolarização dos filhos.

A análise dos estudos incluídos evidencia a importância do papel central da família no processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil. Os trabalhos destacam que fatores como apoio afetivo, acompanhamento escolar, vínculo entre responsáveis e instituição de ensino, bem como condições sociais que permeiam a realidade das crianças, influenciam diretamente sua trajetória educacional. De modo geral, os autores apontam que a afetividade, a participação familiar e a construção de relações colaborativas com a escola constituem elementos fundamentais para a promoção de aprendizagens mais significativas e para o enfrentamento de possíveis desafios no contexto educativo.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar, por meio de revisão sistemática, o impacto da família no processo de aprendizagem de crianças em situação

de vulnerabilidade social na educação, refletindo sobre as implicações educacionais consequentes dessa relação. A metodologia empregada, uma revisão sistemática da literatura, permitiu a análise criteriosa de 10 artigos publicados entre 2020 e 2025, oferecendo uma base sólida e atualizada para as reflexões propostas.

Ao longo da pesquisa, os objetivos específicos foram alcançados, de forma que, foi possível identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade social no acompanhamento escolar. Os resultados levam para a conclusão de que os desafios são multifacetados, englobando não apenas a escassez de recursos materiais e estruturais, mas também a fragilidade dos vínculos afetivos e a falta de tempo dos responsáveis, fatores que se refletem diretamente no desempenho e no interesse da criança pela escola. A vulnerabilidade social, portanto, atua como um obstáculo complexo que exige uma abordagem educacional sensível e contextualizada.

A investigação sobre as práticas e abordagens educacionais existentes demonstrou a necessidade de fortalecer o vínculo entre família e escola por meio de espaços de diálogo e participação mais inclusivos. As práticas eficazes, conforme os estudos revisados, são aquelas que consideram a realidade socioeconômica das famílias, propondo formas flexíveis de interação, como horários alternativos e canais digitais de comunicação. A afetividade e o acolhimento, tanto no ambiente familiar quanto no escolar, manifestaram-se como pilares fundamentais para amenizar os impactos da vulnerabilidade e promover o desenvolvimento integral da criança.

A contribuição deste trabalho se dá na consolidação de um panorama teórico que reforça a importância mútua, entre o contexto familiar e o sucesso educacional, especialmente em cenários de vulnerabilidade social. A pesquisa oferece contribuições teóricas para a área da Psicologia e da Educação, ao salientar que o suporte afetivo e a criação de vínculos consistentes são tão cruciais quanto o acompanhamento pedagógico direto, posicionando a escola como um agente potencial de reconstrução desses laços em casos de privação familiar.

Além disso, os achados destacam a necessidade de políticas públicas e ações institucionais que promovam a inclusão social e a equidade, reconhecendo a educação como um processo compartilhado entre família, escola e Estado. Por fim, o estudo orienta que as práticas pedagógicas devem ser sensíveis e contextualizadas, buscando ativamente a participação familiar por meio de estratégias que respeitem as limitações impostas pela vulnerabilidade, transformando a escola em uma extensão acolhedora da comunidade.

Apesar das contribuições, a principal limitação deste estudo reside no recorte metodológico da revisão sistemática, que se restringiu a artigos em um determinado período (2020-2025). Embora essa delimitação garanta a atualidade e a relevância do debate, é nítida a falta de pesquisas na área. Em suma, este trabalho reforça que o desenvolvimento integral e a aprendizagem da criança em vulnerabilidade social são um projeto coletivo. A articulação efetiva entre família e escola, pautada no diálogo, no afeto e no reconhecimento das condições reais de vida, é o caminho mais promissor para transformar o cenário educacional e garantir a efetivação do direito à educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

AKL, Elie A. *et al.* Extension of the PRISMA 2020 statement for living systematic reviews (PRISMA-LSR): checklist and explanation. **bmj**, v. 387, 2024. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/387/bmj-2024-079183.short>. Acesso em: 20 de novembro de 2025.

ALCANTARA, Guilherme de; RESENDE, Tânia de Freitas. Participação das famílias na gestão educacional: o lugar dos pais-professores. **Educar em Revista**, v. 41, p. e96138, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/H6xhvcxMxdsYFPL7wPjQkmF/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 de outubro de 2025.

ANTÃO, Sandra Duarte; DE AZEVEDO PEIXOTO, Ana Cláudia. Intervenções direcionadas para crianças em vulnerabilidade social: uma Revisão Integrativa da Literatura. **Revista Mosaico**, v. 12, n. 2, p. 41-49, 2021. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2554>. Acesso em: 25 de abril de 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-aco-es-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2025.

CASARES, Mariana Fanzeres. **Relação família-escola na educação infantil em diferentes camadas sociais: uma análise das percepções das famílias por meio de revisão bibliográfica e entrevistas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/17332> Acesso em: 25 de abril de 2025.

CHUEKE, Gabriel Vouga; AMATUCCI, Marcos. Métodos de sistematização de literatura em estudos científicos: bibliometria, meta-análise e revisão sistemática. **Internext**, v. 17, n. 2, p. 284-292, 2022. Disponível em:

<https://internext.emnuvens.com.br/internext/article/view/704>. Acesso em 02 de novembro de 2025.

DA SILVA, Erisnalva Pereira; DA SILVA LANDINH, Iule Lourraine. INTERFACES ENTRE DIREITO À EDUCAÇÃO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DA SUPERAÇÃO DOS DETERMINANTES SOCIAIS. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 8, p. 102-109, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1451>. Acesso em: 18 de outubro de 2025.

DE SIQUEIRA, Maria Divina. Educação E Família: Uma Revisão de Literatura sobre sua Relação e Impactos no Desenvolvimento Infantil. **Humanidades E Tecnologia (FINOM)**, v. 24, n. 1, p. 441-459, 2025. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/6146 . Acesso em: 25 de abril de 2025.

DE VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira; DE PAIVA, Marlúcia Menezes. A criança em situação de vulnerabilidade no Brasil: Um olhar sobre a educação como locus de justiça social. **Cuadernos de RES PUBLICA en derecho y criminología**, n. 5, p. 1-10, 2025. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/respublica/article/view/11453> Acesso em: 25 de abril de 2025.

FERNANDES, Larissa de Freitas Santos. Representações sociais de familiares e professores acerca de suas relações no processo educacional do Ensino Fundamental em Marataízes – ES. 2023. 233 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://dissertacao.estacio.br/educacao/2023/LARISSA%20DE%20FREITAS%20SANTOS%20FERNANDES.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2025.

GARCIA, Isabela Pereira; DE CAMARGO FREIRE, Regina Maria Ayres. Relações entre vulnerabilidade e desenvolvimento infantil: uma revisão integrativa. **Distúrbios da Comunicação**, v. 36, n. 2, p. e65947-e65947, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/65947> Acesso em: 25 de abril de 2025.

NOGUEIRA, Maria Alice; COUTINHO, Priscila de Oliveira. Relações família-escola na contemporaneidade: novas configurações sociais e os desafios dos contextos educacionais em transformação. **Educar em Revista**, v. 41, p. e98626, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/7zf6pw83sLcVRHG8zvN4DyR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 de outubro de 2025.

NUNES, Alice *et al.* A família e pré-escola no processo formativo da criança: experiências, desafios e perspectivas de uma boa relação. 2022. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6542>. Acesso em: 18 de outubro de 2025.

PARAÍBA, Shaiane Fidelis. Enfrentamento da vulnerabilidade social na Escola Especial Sol Nascente-Apae de Santo Antônio das Missões. 2023. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2961>. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

ROSA, Tatiana da; MAGALHÃES, Cleidilene Ramos; SILVEIRA, Luiza Maria de Oliveira Braga. Envolvimento família-escola e suas implicações no desempenho escolar na

educação básica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, p. e262230, 2024.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/WH4ZWCfNNvsKM4ZwZjQBWNM/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 18 de outubro de 2025.

SANTOS, Flávia Hetes dos. A importância do acompanhamento familiar no processo de ensino aprendizagem nos anos iniciais. 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/2256> Acesso em: 15 de outubro de 2025.

SILVA, Anatielli Pereira da. Afetividade na educação: a influência das relações afetivas do contexto familiar no processo de aprendizagem da criança. 2022. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256641> Acesso em: 16 de outubro de 2025.

SILVA, Fernando de Almeida; FORNASIER, Rafael Cerqueira. Abandono afetivo de criança e processos de aprendizagem escolar. **Revista Teias**, v. 24, n. 72, p. 212-232, 2023. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052023000100212&script=sci_arttext.

Acesso em: 15 de outubro de 2025.

SOUZA, Larissa Barros de; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia.

Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=pt> Acesso em: 25 de abril de 2025.